

Ex.ma Senhora
Prof. Doutora Madalena Alves
Presidente da FCT

Ex.mos Senhores/as
Membros da Direção da FCT

Os membros dos vários conselhos da FCT apreciam o convite para renovação do seu mandato, assim como a possibilidade de continuarem a trabalhar com esta direção da FCT, que tem envidado vários esforços para superar contextos complicados de subfinanciamento e subemprego no sistema de C&I. No desenvolvimento dos trabalhos e atribuições dos Conselhos Científicos e no contexto da renovação dos nossos mandatos foi unânime a oportunidade de emanar um conjunto de recomendações para a FCT e a sua tutela que acreditamos serem imprescindíveis para assegurar uma verdadeira política de ciência, sustentável e robusta, em Portugal. Pedimos-lhes que partilhem estas recomendações com a tutela.

Gostaríamos de ver implementados rapidamente cinco pontos fundamentais, dando assim também um outro ímpeto à nossa renovação de mandato.

1) Garantir autonomia de atuação da FCT:

Esta é uma questão falada há mais de uma década e que não vê avanços. Uma vez que o programa do governo incluía a reforma da FCT, seria importante divulgar quando e em que moldes a mesma vai ocorrer. É notório que vários dos atrasos do financiamento se prendem com a dependência da FCT relativamente aos ciclos políticos da tutela, bem como à sua dependência de quadros de financiamento europeus. Assim, é imprescindível o estabelecimento de mandatos de maior duração com programas de médio e longo prazo que não dependam das mudanças ministeriais. Por outro lado, são necessárias alterações legislativas que permitam à FCT maior autonomia estratégica e operacional, especialmente em relação às decisões de financiamento e administração interna, incluindo maior liberdade para ajustar procedimentos e políticas internas sem a necessidade de aprovação constante de órgãos governamentais. Em particular, em relação à utilização de fundos europeus, é crucial que a FCT seja formalmente considerada uma entidade com autonomia para gerir as candidaturas, independentemente do Balcão dos Fundos, que tanta burocracia trouxe à última candidatura dos Projetos de Investigação (Março de 2024).

2) **Assegurar e cumprir a regularidade temporal do financiamento:**

Apesar de existir um esforço por parte da FCT de elaborar um calendário anual de financiamento pela FCT, infelizmente, têm sido sistemáticos os atrasos e convulsões, desde concursos de projetos, emprego científico, como mais recentemente o atraso no financiamento das Unidades I&D. É assim imperioso o estabelecimento rápido e atempado de um calendário plurianual regular que seja efetivamente cumprido, assegurando a credibilidade do sistema e a estabilidade no acesso aos mecanismos de financiamento. É urgente a implementação de uma visão com financiamento garantido a longo prazo (10 a 15 anos), acordada entre as várias forças políticas, que estimule a ciência e a inovação, permitindo também reduzir a saída de investigadores do País e atrair talento e empresas para Portugal.

3) **Superar o subfinanciamento crónico do sistema científico:**

É indispensável reverter a tendência para a diminuição da proporção do PIB destinada à investigação, de forma a atingir os 3% do PIB. Seria um objetivo razoável ultrapassar os 2% (público e privado) do PIB já em 2025, e os 2,5% em 2027, chegando aos 3% antes do fim de 2030. É crucial aumentar o investimento público em ciência para impulsionar o progresso e a inovação, tal como estava escrito no programa deste governo, aumentando pelo menos 0.1% PIB de investimento público por ano até 2030. Além de aumentar a proporção do PIB destinada à investigação, é igualmente crucial que esses investimentos sejam acompanhados por uma estratégia de alocação eficiente, transparente e orientada por mérito científico e potencial de impacto. Pedimos a publicação de um plano para o investimento nos próximos anos que deve incluir não apenas metas quantitativas, mas também diretrizes específicas sobre a forma como os recursos serão distribuídos.

É urgente um melhor planeamento financeiro e de orçamento da FCT. De um ponto de vista prático deveria evitar-se a suborçamentação crónica da FCT em que a necessidade de reforços é constante para fazer face às dívidas e ao défice. É também crítico garantir que a FCT não tenha concursos com taxas de sucesso abaixo dos 15 % (seja através de uma dotação adequada, seja através de exigências regulamentares), pois estas candidaturas têm um elevado dispêndio de recursos, da parte dos investigadores e da própria FCT.

4) **Garantir um investimento equilibrado em investigação fundamental e aplicada.**

É essencial reconhecer que o progresso em muitas áreas científicas avança de maneira não linear e os seus impactos sociais e económicos podem não ser imediatamente evidentes. Assim, de forma a garantir impacto a médio e longo prazo, é crítico que haja um investimento equilibrado em investigação fundamental e aplicada (incluindo a

investigação clínica) para o desenvolvimento de novos conhecimentos e possíveis inovações disruptivas e soluções a problemas complexos globais. Não é aceitável que, tal como aconteceu no último concurso a projetos de investigação em todos os domínios, haja discriminação do tipo de projetos, resultando num financiamento mais restrito para a investigação fundamental.

5) Promover medidas de simplificação administrativa e processual

A generalidade da comunidade científica portuguesa queixa-se fortemente da complexidade e inflexibilidade dos processos e plataformas de submissão de propostas nos concursos para financiamento de projetos, para bolsas e no processo de avaliação das unidades. Estes processos e plataformas constituem-se como barreiras que criam dificuldades e fricção a estes processos, provocando enorme desgaste e perda de tempo produtivo à comunidade científica nacional. É muito importante que a FCT dê passos significativos para melhorar estes processos, simplificando-os e tornando-os acessíveis em vez de obstáculos desgastantes e dissipadores de tempo. Temos consciência que, recentemente, houve esforços da FCT neste sentido, mas a velocidade de mudança tem de ser maior. Sugerimos que se constitua uma task force com colaboradores da FCT e membros da comunidade que se dedique a esta questão da simplificação administrativa e processual, e que tenha como missão propor num curto espaço de tempo um plano de ação com medidas concretas neste sentido.

As condições de instabilidade, que se prolongam há vários anos, são um obstáculo à afirmação da C&I, instituições e comunidade científica, e ainda restringem o impacto e atuação efetiva da FCT. A consequência será um país mais pobre e uma sociedade cada vez menos baseada no conhecimento. A implementação destas recomendações permitirá o estabelecimento de políticas de ciência a longo, médio e curto prazo e é fundamental para a atuação e contributo do presente mandato dos membros dos vários Conselho Científico da FCT.

Agradecemos a atenção e oportunidade para voltar a trabalhar em conjunto num contexto nacional mais ambicioso e com visão a longo prazo para a C&I em Portugal.

Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde

Coordenadores

- Mónica Bettencourt-Dias, Instituto Gulbenkian de Ciência
- Cláudia Cavadas, Universidade de Coimbra

Membros

- Aida Mendes, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
- Caetano Reis e Sousa, The Francis Crick Institute
- Ilídio Correia, Universidade da Beira Interior
- João Conde, Nova Medical School
- Luísa Figueiredo, Instituto de Medicina Molecular
- Miguel Castelo Branco, Universidade de Coimbra
- Rita Payan Carreira, Universidade de Évora
- Salomé Pinho, Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto
- São Luís Castro, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Conselho Científico das Ciências Exatas e da Engenharia

Coordenadores

- José F. Oliveira, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Maria Ascensão Reis Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Membros

- João Mano, Universidade de Aveiro
- Mário Figueiredo, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa
- Paulo Lourenço, Universidade do Minho
- Verónica Bermudez, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

- Vitor Cardoso, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa
- Zita Vale, Instituto Superior de Engenharia do Porto

Conselho Científico das Artes, Humanidades e Ciências Sociais

Coordenadora

- Helena Machado, Universidade do Minho

Membros

- Ana Gabriela Macedo, Universidade do Minho
- Ana Maria Belchior, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa – Instituto Universitário de Lisboa
- André Tavares, Universidade do Porto
- Cristiana Bastos, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Luís Bettencourt, University of Chicago
- Maria Fátima Nunes, Universidade de Évora
- Sofia Miguens, Universidade do Porto
- Vera Aldeias, Universidade do Algarve

Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente

Coordenadores

- Miguel Bastos Araújo, Universidade de Évora e Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- Helena Freitas, Universidade de Coimbra

Membros *

- Ana Colaço, Okeanos da Universidade dos Açores

- Ana Isabel Miranda, Universidade de Aveiro
- Henrique Miguel Pereira, Universidade do Porto e German Centre for Integrative Biodiversity Research – Halle-Jena-Leipzig
- Henrique Trindade, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Ricardo Trigo, Instituto D. Luiz da Universidade de Lisboa
- Teresa Ferreira, Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
- Viriato Soromenho Marques, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Vitor Vasconcelos Universidade do Porto – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental